



CULTURA E NATUREZA: um exemplo entre os Xavante da TI Sangradouro/Volta Grande-MT

■BERNADETE CASTRO OLIVEIRA¹

RESUMO

AS AMEAÇAS ÀS TERRAS INDÍGENAS NÃO SÃO CONSTITUÍDAS APENAS PELA DEGRADAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO AMBIENTAL, MAS PRINCIPALMENTE PELA DESCARACTERIZAÇÃO DA CULTURA E DO DIREITO INDÍGENA. O MODELO DE CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA ESTABELECIDO NO BRASIL ALIADO A INTERESSES ESPECULATIVOS SOBRE OS RECURSOS NATURAIS ABRE NOVAMENTE O DEBATE SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS DE FORMA ESTEREOTIPADA, COMO SE FOSSEM OCIOSAS E, PORTANTO, PASSÍVEIS DE REDUÇÃO DE SUAS EXTENSÕES.

AS PRERROGATIVAS LEGAIS QUE REGEM O DIREITO INDÍGENA À TERRA, CONSTITUEM-SE EM UM DIREITO ESPECIAL DIFERENTE DA POSSE E DA PROPRIEDADE, POIS SE REFEREM À DOUTRINA DO INDIGENATO, RECONHECIDO E LEGÍTIMO DESDE O ALVARÁ RÉGIO DE 1º DE ABRIL DE 1680 DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA.

RESSALTA-SE ENTRETANTO, QUE APESAR DE CONSTANTES PRESSÕES SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS, ATÉ MESMO GENOCÍDIOS, HOUVE SIGNIFICATIVA MUDANÇA NAS CONCEPÇÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA. AO MESMO TEMPO QUE SE ESTABELECEAM LIMITES PRECISOS DAS ÁREAS OCUPADAS, O MODO DE VIDA DESSES GRUPOS DEMARCAVA UM ESPAÇO MAIS AMPLO, ALÉM DAS DIVISAS ADMINISTRATIVAS, CARACTERIZANDO UM TERRITÓRIO QUE SE ESTENDE E ENGLOBA ÁREAS CONTÍGUAS E NÃO CONTÍGUAS ÀS ALDEIAS UTILIZADAS NA REPRODUÇÃO MATERIAL E CULTURAL DA COMUNIDADE. O CONHECIMENTO XAVANTE DAS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS DO CERRADO, BEM COMO SUA UTILIZAÇÃO, REPRESENTA PROVA CONCRETA SOBRE O DOMÍNIO DA BIODIVERSIDADE DO MEIO AMBIENTE QUE OCUPAM, ASSIM COMO OFERECE ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE USO E SUSTENTABILIDADE NOS CERRADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

PALAVRAS CHAVE: PATRIMÔNIO CULTURAL E TERRITÓRIO; BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE; CONHECIMENTO INDÍGENA.

A fronteira mato-grossense não é recente, é fronteira antiga demarcada por interesses dos reinos de Portugal e Espanha. Na faixa de divisa, o rio Guaporé representou a linha divisória entre os domínios espanhol e português a partir do Tratado de Madri em 1750, quando as povoações fundadas na sua margem oriental passaram a pertencer a Portugal.

A administração colonial se empenhou em manter a posse dos domínios de Portugal nessa porção do território, destacando como área prioritária a faixa de terras entre os rios Guaporé e Paraguai, fundando cidades, fortes e povoados. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres se incumbiu de fundar a partir de 1774 os povoados de

Poconé, Casalvasco, Cáceres, Corumbá, Forte de Coimbra, no rio Paraguai, e o Forte do Príncipe da Beira, hoje localizado no estado de Rondônia.

A atração pelo ouro transformou sempre o cenário onde esse metal foi descoberto; revolvendo a terra, abrindo fendas, escavando e expondo o solo remexido, lembrando mais a morte do que a vida.

Os caminhos que vinham de São Paulo eram também caminhos de tropa, que levavam para aquela área a pecuária, uma fonte de renda para seus donos e de impostos para a Coroa.

A mineração no Mato Grosso teve inicialmente estreita ligação com a mão-de-obra indígena, utilizada no trato minerador e nas monções. A ocupação dessas terras foi feita em períodos distintos onde, durante os séculos XVIII e XIX, o governo português concedeu sesmarias e promoveu o aldeamento de “índios mansos”. As sociedades tribais foram as primeiras a sofrerem o impacto do mundo dos brancos, que se deslocou para oeste num processo de rapinagem do meio natural, invadindo as terras indígenas e domesticando suas culturas.

A apropriação dos recursos naturais e a concepção de território indígena é bastante diversa da noção cartesiana de espaço, com seus limites fixos e quantificados. Para as populações indígenas o espaço que podem ocupar é aquele também constituído pela sazonalidade, demarcado pelas enchentes e vazantes, pelos territórios de caça, pelos espíritos. Lèvi-Strauss, ao descrever o calendário anual Nambiquara, demonstrou a mobilidade do grupo segundo as estações secas e chuvosas, desenhando os limites de seu território para além dos limites da aldeia:

“O ano nambiquara divide-se em dois períodos distintos. Durante a estação das chuvas, de

outubro a março, cada grupo permanece numa pequena eminência que domina um Curso d’água; os indígenas aí constroem cabanas grosseiras com ramos e palmas. Fazem queimadas na floresta-galeria que ocupa o fundo úmido dos vales e plantam e cultivam hortas em que figuram sobretudo a mandioca (doce e brava), diversas espigas de milho, fumo, às vezes feijão, algodão, amendoim e cabacas.”(Lèvi-Strauss; 1957, p.290)

As ameaças às terras indígenas não são constituídas apenas pela degradação de seu patrimônio ambiental, mas principalmente pela descaracterização da cultura e do direito indígena. O modelo de concentração fundiária estabelecida no Brasil aliado a interesses especulativos sobre os recursos naturais abre novamente o debate sobre as terras indígenas de forma estereotipada, como se fossem ociosas e, portanto, passíveis de redução de suas extensões.

O processo de cercamento das terras indígenas no Brasil tem sido feito ao longo de nossa história, demonstrando que essas terras, mesmo não sendo atingidas dentro de seus limites, mas no seu entorno, por empreendimentos públicos ou privados e pela expansão urbana, ela vai sendo exaurida no seu potencial físico-natural de “fora para dentro”.

Essa fragilização do entorno das terras indígenas é tão fatal quanto a invasão direta, pois compromete os rios e nascentes, degrada a vegetação e impede a circulação/procriação da fauna – complementos indispensáveis da dieta indígena – levando a um empobrecimento da composição alimentar e causando altos índices de desnutrição.

Ressalta-se entretanto que, apesar de constantes pressões sobre as comunidades indígenas e até mesmo dos genocídios, houve significativa mudan-

ça nas concepções sobre a terra indígena. Ao mesmo tempo que se estabeleceram limites precisos das áreas ocupadas, o modo de vida desses grupos demarcava um espaço mais amplo, além das divisas administrativas, caracterizando um território que se estende e engloba áreas contíguas e não contíguas às aldeias utilizadas na reprodução material e cultural da comunidade – corresponde a “habitat”.

Desse modo, a questão das terras indígenas se encontra associada a “variantes culturais da vida indígena”, não a reduzindo apenas a direito patrimonial, entendido que o direito de propriedade é do Estado, mas o direito de posse é do indígena.

Tanto o conceito de posse imemorial quanto o de habitat remanescente tornam a terra indígena revestida de um caráter antropológico e sociológico como ressalta o Art. 23 do Estatuto do Índio (Lei nº 6001, de 19/12/1973): “considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.”

Firmando essa concepção de habitat pode-se inferir que terra indígena corresponde também a ambiente ecológico conforme reitera o Art. 24 do Estatuto do Índio, ou seja, que o usufruto de suas terras assegurado aos índios compreende o direito de posse, o uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas: uso dos mananciais, das águas das vias fluviais, da caça e pesca, e da flora.

Para os grupos indígenas, a construção de seu espaço de vida implica uma percepção do território enquanto “domínio histórico”, isto é, engloba os antigos sítios material e simbólico; áreas onde

se encontram os recursos naturais fundamentais à sua reprodução econômica e cultural; suas trilhas e caminhos; cemitérios e as outras aldeias em que viveram seus antepassados. É um espaço construído segundo as relações sociais materiais e simbólicas com a natureza, com os outros grupos indígenas e também com a sociedade nacional.

Isto não é apenas conteúdo de uma concepção indígena sobre a terra, mas se encontra formulada no Art. 231 parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988. Neste parágrafo considera-se terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, aquelas utilizadas para suas atividades produtivas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à sua reprodução física e cultural, segundo usos, costumes e tradições.

Esta estreita relação entre o modo de vida indígena e as formas de apropriação dos recursos naturais torna indissociável a concepção entre terra indígena e a preservação ambiental. No Art. 46 do Código Florestal o conceito de floresta permanente é fixado em relação ao índio, referindo-se a esta como sendo destinada a “manter o ambiente necessário à vida das populações indígenas”. Pode-se inferir, portanto, que os atos de terceiros contra ecossistemas que correspondem às florestas permanentes, onde populações indígenas têm seu habitat, são atos que interferem no modo de vida indígena.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo VIII – Dos Índios – Art. 231 ressalta ao final que é competência da União demarcar as terras indígenas, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. Uma vez que se reconhece o direito do índio à terra como direito originário, suas práticas em relação ao meio físico natural e todo referencial sim-

bólico que as acompanha, se reconhece também, suas “tradições ancestrais”. A concepção de território indígena, portanto, está ancorada nesses pressupostos.

A população A'uwê Xavante da Terra Indígena Sangradouro, localizada nos municípios de General Carneiro e Poxoréo/MT, tem no entorno de seus domínios a presença de fazendas que cultivam arroz, soja, milho, algodão, pecuária, etc. Estes fazendeiros possuem propriedades vizinhas à Reserva muitas vezes se aproximando das aldeias na tentativa de firmar acordos com algumas lideranças indígenas.

A Terra Indígena Sangradouro e Volta Grande representa uma reserva natural de cerrado e mata e se encontra “ilhada” por médias propriedades de soja, algodão, sorgo, matéria prima para as indústrias de óleo e ração.

No ano de 1998 fazendeiros vizinhos à Reserva já haviam desmatado mais de 200 hectares de cerrado na parte oeste da T.I. Sangradouro, e plantado arroz. No início de 1999, em 08/3 e 08/4, dois caciques solicitaram ao presidente da FUNAI, Sr. Márcio Lacerda, as medidas necessárias para a viabilização de “projeto de parceria agrícola” numa área de 5 mil hectares de cerrado, junto à aldeia Bom Jesus, com fazendeiros locais; noutra área, de 10 mil hectares também de cerrado, para “trabalhar com arrendamento e parceria” junto à aldeia Sangradouro.

Os caciques assinaram os contratos na certeza de estarem trazendo autonomia econômica e progresso às suas aldeias uma vez que essas se encontram carentes quanto a saúde e alimentação, em função do quadro de “abandono” a que estão submetidos, recebendo apenas cesta básica da FU-

NAI. A proporção entre as partes era extremamente desigual: no primeiro contrato os fazendeiros ficariam com 80% e a AMIX (da aldeia Marimbu) com apenas 20%; no segundo contrato os fazendeiros ficariam com 85% e a AIAU (da aldeia Bom Jesus) com apenas 15%.

A Constituição Federal de 1988 (Art.231,§.2º) prevê a terra indígena com usufruto exclusivo dessa população, sendo também inalienáveis, indisponíveis, cujo direito sobre elas é imprescritível. Também a Lei 6001/73 conhecida como Estatuto do Índio (Art. 18, §1º), veda a qualquer pessoa estranha às comunidades indígenas a caça, pesca, coleta e atividade agropecuária e extrativa.

Entretanto foram feitas queimadas e as terras foram gradeadas, tanto na aldeia Marimbu quanto na Aldeia Bom Jesus. Outras aldeias como Abeliha, Santa Glória, Cabeceira, Três Lagoas, etc, que formam a T.I.Sangradouro, não participando desses contratos, mostram grande estranhamento e preocupação com o desmatamento extensivo a partir do ano de 1999.

A roça de toco feita pela população indígena A'uwê Xavante é completamente diferente da agricultura mecanizada em grande extensão, pois a queimada, gradeação e catação de raízes não permitem a recuperação das áreas devastadas, uma vez que os contratos de exploração agrícola se estenderiam de 10 a 15 anos.

Nos contratos de prestação de serviço, os caciques e vice-caciques foram responsabilizados pelos acordos, sendo acusados de estarem agindo contra os interesses das aldeias. Na condição de contratantes eram autênticos portadores da identidade étnica A'uwê Xavante, que mesmo representando suas respectivas aldeias diante da socie-

dade envolvente e encarnando a figura de sócio nos respectivos contratos, não lhes era imputável a caracterização de aculturado, como os fazendeiros apontavam.

Entretanto, o que pesava sobre eles era a tentativa de desconsiderar o pertencimento étnico desses representantes das aldeias, posturas hoje assumidas por parte da mídia quando se refere ao índio em contato com a sociedade brasileira. Essa postura tem sido constante no momento atual quando os interesses econômicos pressionam as terras indígenas questionando suas grandes extensões e impondo obstáculos ao processo de demarcação das mesmas.

A terra como posse coletiva do grupo, dos clãs, tem seu uso definido de acordo com as regras de parentescos, determinando quem entra, quem sai na aldeia, constituindo sempre novos núcleos, formando novas aldeias, isto é, um movimento contínuo de expansão territorial. (Desenho 1)

Isso é uma contradição dentro da sociedade brasileira, pois o modo de produção e consumo das sociedades indígenas se apóia numa lógica contrária à do estatuto da propriedade privada da terra. Por causa disso os setores empresariais, políticos e técnicos se mostram interessados na reforma constitucional de 1988, por meio da qual foram conquistadas garantias ao território indígena.

O processo de desenvolvimento econômico do Brasil foi, desde a colonização, se expandindo sobre as terras indígenas, quando não exterminando a população e tomando as terras, foram cercando-as de modo a torná-las verdadeiras “ilhas” de cultura e preservação ambiental. (Imagem 1)

Esse cerco talvez seja o mais violento, como as missões e aldeamentos, pois da mesma forma limi-

ta e altera as práticas de sobrevivência dos grupos indígenas, restringe as áreas de caça e coleta indígena, impede a livre circulação dos índios, transforma e degrada o meio ambiente em torno das aldeias. Isso se reflete diretamente sobre as formas de obtenção e produção dos alimentos: diminuem a população ou espécies de animais, de plantas, contaminam os rios e córregos, restringe as áreas de roça, etc...

Diminuindo as alternativas de obtenção de alimento, portanto alterando a vida material do grupo, afeta conseqüentemente suas práticas sociais que dependem dessa base material; os índios em muitas aldeias são “forçados” a trabalhar. Criando gado ou plantando para os fazendeiros vizinhos num regime de parceria. Muitas vezes negociando com madeireiras árvores nativas – como antigo escambo ou assumindo o papel de “garimpeiros” sendo desmoralizados diante da sociedade nacional.

É essa uma das maneiras que vem sendo utilizada de modo amplo para a exploração do trabalho indígena, cuja autonomia fica ameaçada diante da falta de recursos que é colocada para as aldeias pressionando-as de fora para dentro.

Na T.I. Sangradouro/MT, a preocupação das famílias Xavante com o desmatamento, com as queimadas dentro da respectiva reserva e seu entorno, vem destruindo o patrimônio natural que serve de base material à sua própria sobrevivência e a de seus descendentes.

Como em uma agricultura comercial mecanizada e em larga escala recorre-se freqüentemente ao uso de insumos químicos e agrotóxicos, técnicas adversas às práticas agrícolas das populações indígenas, ocorre inevitavelmente a poluição das nascentes, lagoas e rios. “A destruição está che-

gando. Já podemos ver o óleo na água...depois de comer peixe da lagoa várias pessoas já se sentiram mal..." (Divino Tserepsé, aldeia Bom Jesus, 2002).

Índios A'úw^{1/2} Xavante da Reserva do Sangradouro localizada a cerca de 70 Km de Primavera do Leste, um dos pólos produtores de soja no Brasil, denunciam a contaminação do rio das Alminhas. Segundo os índios, produtores da região e garimpeiros estariam depositando óleo, resíduos químicos e agrotóxicos no rio. O rio das Alminhas forma a Lagoa Encantada, um local sagrado para os A'úw^{1/2} Xavante. As aldeias situam-se às margens dos rios e córregos e utilizam sua água para o consumo e outros usos domésticos (lavar roupa, louças, etc) expondo a população a uma série de contaminações.

A água, como demais elementos da natureza, faz parte de um patrimônio cultural herdado e compartilhado pela comunidade.

O conhecimento indígena sobre a natureza não está dissociado do mundo invisível dos espíritos, os quais desempenham nele importante papel quanto a sua preservação e reprodução social (Gray, 1990).

Em várias etnografias, como *Um Vôo Sobre O Cerrado Xavante* (Carrara, 1997) e *A iniciação Xavante à vida adulta* (Giaccaria, 2001), o uso da água aparece como aspecto fundamental para os Xavante, como categoria do ambiente, da cultura e das relações sociais.

A água é considerada para os Xavante sobretudo sob dois aspectos com significados simbólicos: a água dos rios, identificada com água corrente (água viva), representada pela palavra *õ*; e pela água dos lagos, lagoas, identificada pela água parada (ou água morta), representada pela palavra *u*. Existem

portanto, os espíritos associados a esses ambientes, que são os seus donos, mantendo com a comunidade Xavante relações de aproximação ou afastamento.

Os donos da água viva dos rios são os *Õtedewa*, que cumprem um papel na orientação dos adolescentes, alertando contra os perigos dos rios, a cura para certas doenças, o controle dos peixes e dos jacarés, mostrando-se generosos. Já os *Uutedewa*, donos das águas paradas, habitam o fundo de certos lagos, e se mantêm hostis aos Xavante, os quais, nos rituais que precedem a pesca nos lagos, têm de pedir permissão para pescar.

Esses espíritos habitam uma zona intermediária entre a superfície da água e o solo, no fundo dos rios e lagos que, uma vez secando, libertará esses espíritos.

São aspectos da cosmologia Xavante que nos ajudam a interpretação sobre preservação ambiental a partir da concepção indígena, indicando "zonas frágeis" para proteção, diante dos processos de transformação pelos quais passam essas áreas.

Essa divisão dos ambientes naturais em áreas de acesso e de restrição coloca a necessidade de uma investigação mais detalhada, para se compreender a territorialidade da cultura Xavante na respectiva TI, quanto aos seus usos, potencialidade natural e limites.

De forma diferente das tipologias científicas sobre os solos, vegetação e vida animal, o conhecimento indígena sobre o meio ecológico indica áreas específicas reconhecidas pela comunidade partindo da diversidade que as compõe e os recursos que oferecem (Posey, 1997). São categoriasêmicas, que dividem o ambiente natural em "ecozonas", ou níveis de recursos específicos quanto à

heterogeneidade biológica e potencialidades. O que caracteriza para os Xavante no ambiente de cerrado, verdadeiras “unidades de recursos” (Posey, 1997), espacialmente distribuídas dentro da TI. Desconhecer esses princípios classificatórios, ou não considerá-los num mapeamento etno-ambiental da área, acarreta um entendimento equivocado do meio natural e de seus usos para a sociedade A'uwe Xavante.

Por exemplo, a área onde está a Lagoa Encantada que representa não apenas recurso da pesca, mas refúgio de capivaras, com ocorrência de pequenas nascentes (olhos d'água) que estando na linha limite da cultura da soja, estão sendo contaminadas pela presença de agrotóxicos e expostas pelo desmatamento de seu entorno, constitui-se em uma “área crítica” de fragilidade ambiental.

O quadro antropológico representado pelo significado que a Lagoa Encantada e todo seu entorno tem, somado ao quadro natural complexo e instável, indica que a área deveria ser objeto de preservação integral do conjunto formado pela lagoa, áreas alagáveis em torno da ilha de sedimentos cultivada e a própria área ocupada pela lavoura de soja (Fazenda Lagoa Encantada). Assim seria possível criar uma área de proteção à Lagoa Encantada e todo o ecossistema que a rodeia e a integra. A lagoa dessa forma deveria ser incorporada integralmente à TI afastando definitivamente os não índios de seu acesso, pois trata-se de uma verdadeira unidade de recursos na concepção A'úw¹/₂ Xavante. (Fotos 1 e 2)

São vários os pontos de tensão ambiental hoje encontrados na TI Sangradouro que preocupam a comunidade e os leva a discutir e buscar soluções que os auxilie na preservação de seu patrimônio cultural e ambiental.

É importante esclarecer que as áreas desmatadas situam-se nas porções mais elevadas do relevo, nos topos, provavelmente coincidindo com a ocorrência de melhores solos (menos arenosos). Com a retirada de toda a cobertura vegetal para facilitar a mecanização para o plantio da soja, o solo ficará exposto ao intemperismo e aos processos de erosão, caso não haja cuidados técnicos efetivos e adoção de procedimentos para a preservação do bioma cerrado.

A população indígena da respectiva Reserva tem sua vida material e cultural assentada sobre o ambiente de cerrado e o desmatamento pode acarretar o desaparecimento de várias matérias primas essenciais tais como as plantas medicinais usadas nas curas, que englobam grande diversidade de espécies vegetais (raízes, folhas, cascas, frutos) e garantem a sobrevivência desse grupo no enfrentamento a vários problemas de saúde aos quais não recebem assistência médica frequente.

A atividade de coleta no cerrado implica ainda uma grande variedade de frutas, que complementam a dieta alimentar de crianças e adultos, mesmo estando sujeitos à sazonalidade própria do cerrado (cajú, marolo, araticum, jaboticaba do mato, gabirola, etc...)

As casas são também construídas com a matéria prima fornecida por essa vegetação, que dada à variedade dos tipos de ambiente do cerrado, oferece desde troncos para a sustentação das casas, como folhas de palmeira (indaiá) para a cobertura. Também os instrumentos de caça feitos pelos homens, assim como os cestos confeccionados pelas mulheres compõem um vasto artesanato criado a partir do cerrado.

Essa região, composta pela bacia do Rio das Mortes, apresenta agricultura intensiva da soja no

entorno da Reserva, como foi o caso das lavouras de arroz e a pecuária em outras áreas, e provoca o deslocamento de bandos de animais para áreas mais distantes, extinguindo uma das principais fontes de proteína animal para os Xavante, implicando diretamente as alterações do padrão de consumo e nos rituais das atividades de caça, conforme depoimento de uma chefe indígena: “(...) a carne às vezes falta para celebração da festa, aí não pode ter festa.”(Cacique Irani Hiwaimã, Aldeia Santa Glória,2000).

A carne, como complemento da dieta alimentar dessa população indígena, vem se tornando mais escassa, pois a alteração do habitat onde se encontram esses animais muda o comportamento dos mesmos na busca de alimento, afugentando-os para outras áreas, bem como altera seus ciclos reprodutivos, ameaçando as espécies.

Vários estudos têm apontado casos de degradação da saúde indígena em que o estado nutricional passou a ser influenciado, em larga medida, por dinâmicas de transformações econômicas, sociais e culturais, assim como, em especial, por alterações em estratégias de subsistência, consumo de alimentos e padrão de atividade física. Tais mudanças são relativamente comuns no cotidiano de grupos indígenas em processo de interação com a sociedade nacional envolvente.

Muitos estudos apontam a ocorrência de déficits de crescimento físico em crianças indígenas, o que, em associação a outros parâmetros de morbimortalidade, tem sido usualmente interpretado como manifestação da ocorrência de elevadas prevalências de desnutrição energética-protéica. A mudança da dieta alimentar provocada por novas situações de vida, trazidas pelo contato e

pela perda dos recursos naturais, tem acarretado consequências negativas à saúde da população indígena, pois essa não consegue repor no seu consumo diário os componentes nutricionais a que estavam habituados.

Os projetos agropecuários no cerrado mato-grossense, têm causado grande pressão sobre a dispersão da caça, em seguida, seu desaparecimento. O entendimento do cerrado na concepção Xavante aparece nas palavras do velho da aldeia Abelinha:

O Xavante depende do cerrado e o cerrado depende do Xavante. Os animais dependem do cerrado e o cerrado depende dos animais. Os animais dependem do Xavante e o Xavante depende dos animais. Isso é o Ró. Ró significa tudo para os caçadores Xavante: o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. Nós queremos preservar o Ró. Através do Ró garantiremos o futuro das novas gerações: a comida, os casamentos, os rituais e a força de ser Xavante. Se estiver tudo bem com Ró continuaremos a ser Xavantes. O caçador anda no Ró e aprende a amá-lo.

As mulheres aprendem a amá-lo porque o casamento depende do Ró e porque também andam lá para pegar as frutas.

Antigamente o Ró era assim: havia a aldeia, envolta a roça, envolta as frutas, envolta a caça junto com os espíritos, envolta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos. Os espíritos ajudavam a descobrir os segredos que o Ró escondia: onde estava a força do caçador, onde estava a caça, onde tinha cobra e outros segredos. Os caçadores iam pegar a caça mais

longe da aldeia, assim os animais fugiam em direção à aldeia. Depois os caçadores iam em outro lugar longe da aldeia. Assim os filhotes iam crescendo sempre e esqueciam a tragédia da caçada. Mais longe que isto só estavam o céu e a outra aldeia onde moram os mortos. Mas hoje os rapazes não estão aprendendo a amar o Ró, nunca andaram, caçaram, nem sabem cuidar dele, querem plantar arroz e soja. Hoje as novas gerações querem comprar comida de fora, esqueceram que a comida vem do Ró, não da cidade. As mulheres Xavante continuam a amar o Ró, sabem que só se ele existir poderão se casar e casar seus filhos e filhas.
(Adão Top'tiro e Thiago Tseretsu-tradução Hipãridi Top'tiro)

Alguns pequenos projetos com a participação do Laboratório de Geografia Agrária/DG/USP vêm sendo implementados no sentido de recuperação de espécies vegetais nativas (frutas, palmeiras, etc.), assim como complementar da dieta (galinheiro-ovos e corte), associados a outros já existentes como a casa do mel. (CROQUI 1)

Foi realizado um Diagnóstico Etno-ambiental tendo como objetivos a caracterização cultural, a organização social e o censo demográfico, acrescido de informações básicas sobre a situação de saúde das comunidades indígenas da TI Sangradouro/Volta Grande. São dados importantes para a compreensão da ocupação espacial das comunidades e dos graus de vulnerabilidade da TI diante dos processos econômicos na região.

A utilização das espécies vegetais em celebrações rituais entre os Xavante, garante a sobrevivência de práticas que resguardam traços funda-

mentais de sua cultura, através dos quais é possível garantir a coesão do grupo, bem como assegurar a reprodução do patrimônio cultural a seus descendentes.

O conhecimento Xavante das espécies vegetais e animais do cerrado, bem como sua utilização, representa prova concreta sobre o domínio da biodiversidade do meio ambiente que ocupam, assim como oferecem alternativas possíveis de uso e auto sustentabilidade nos cerrados do estado de Mato Grosso.

NOTAS

- ¹ Bernadete Castro Oliveira-Professora de Antropologia-DEPLAN/IGCE/UNESP- Rio Claro/SP.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JUNIOR, F.P.P. *A Organização sócio-espacial dos índios Xavante da Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande*. Rio Claro/SP. Trabalho de Graduação; Dep. de Geografia/IGCE/UNESP-campus de Rio Claro. 2002.
- BIASE, H. e L. RURIÕ - *A História da Aldeia Abelhinha*. São Paulo. Cartilha. Pancast/Master Book. 1999
- CARRARA, E. *Um Vão Sobre O Cerrado Xavante*. São Paulo. Dissertação de Mestrado-Dep. de Antropologia/FFLCH/USP. 1997.
- _____. *Classificações Êmicas da Natureza – A Etnobiologia no Brasil e a Socialização das Espécies Naturais in Caderno de Campo*. São Paulo. Dep. de Antropologia/FFLCH/USP. 1997.
- CASTRO OLIVEIRA, B.A C.- *Relatório de Impacto Ambiental e Antropológico do Desmatamento na T. I. de Sangradouro*. Laboratório de Geografia Agrária-FFLCH/USP e Associação Xavante WARÃ –Plano de Gestão Ambiental em Terras Indígenas/FNMA .2002
- EMBRAPA:- *Cerrado: Matas de Galeria- Planaltina /DF*. 1998
- GIANNINI,I.- *A construção do Novo com os Índios Xikrin: uma reflexão*. São Paulo. Tese de doutorado.Dep. de Antropologia, FFLCH/USP. 1999
- GULGEMIN,S.- *Ecologia Humana e antropometria nutricional de adultos Xavante in Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro; v.17 n.2 - mar/abr 2001.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - *Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995*. Carlos Alberto Ricardo editor SP: Instituto Socioambiental, 1996.
- LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA-FFLCH/USP E ASSOCIAÇÃO XAVANTE WARÃ –Plano de Gestão Ambiental em Terras Indígenas/FNMA – *Diagnóstico Etno-Ambiental da Terra Indígena Sangradouro e Volta Grande/MT*. SP- 2002.
- LEAL FERREIRA,M. K. – *Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no*

Brasil. São Paulo. Dissertação de Mestrado - Dep. Antropologia FFLCH-USP. 1992.

LEE U WENBERG, F.; SALIMON, M. – *Para sempre A'ÚWÊ*: os Xavante na balança das civilizações. Brasília, DF 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. – *Tristes Trópicos*. São Paulo. Anhembi. 1957.

LOPES DA SILVA, A. – Nomes e amigos : da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê . São Paulo. Tese doutorado ; Dep. de Antropologia, FFLCH/USP. 1980

MAYBURY –LEWIS, D. – *A Sociedade Xavante*. Rio de Janeiro. Tradução de Aracy Lopes da Silva; Francisco Alves, edição brasileira. 1984.

MELATTI, J.C., Índios do Brasil. São Paulo/Brasília, Hucitec/UnB, 1987.

OLIVEIRA, A U .- *A Fronteira Amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e Violência*. São Paulo. Tese de Livre Docência; Depto. Geografia FFLCH/USP. 1997.

OLIVEIRA, A U et alli – *Diagnóstico Etno-Ambiental da Terra Indígena Sangradouro e Volta Grande/MT*. São Paulo. Laboratório de Geografia Agrária-FFLCH/USP e Associação Xavante Warã - Plano de Gestão Ambiental em Terras Indígenas/FNMA. 2002.

OPAN/CIMI - Índios em Mato Grosso (Dossiê). Cuiabá, 1987.

PROJETO RADAMBRASIL - FOLHA SD.22. GOIÁS. (vol. 25)

VIEIRA FILHO, J. P. B.- Problemas de aculturação alimentar dos Xavante e Bororo in *Revista de Antropologia* , vol. 24, São Paulo, 1981, p. 37-40

WWF- *De grão em grão o Cerrado perde espaço*. Série Cerrado: impactos do processo de ocupação. 1995.

_____. “Expansão Agrícola e Perda da Biodiversidade no Cerrado”- Série Técnica Vol. VII- 2000.

ABSTRACT

THE THREATS TO INDIGENOUS LANDS ARE NOT CONSTITUTED ONLY BY THE DEGRADATION OF ITS AMBIENT PATRIMONY, BUT MAINLY BY THE CHARACTERISTICS OF THE CULTURE AND THE INDIGENOUS RIGHTS. THE MODEL OF AGRARIAN CONCENTRATION ESTABLISHED IN BRAZIL ALLY THE SPECULATIVE INTERESTS ON THE NATURAL RESOURCES AGAIN OPENS THE DEBATE ON INDIGENOUS LANDS OF STEREOTYPED FORM, AS THEY WERE IDLE E, THEREFORE, IS PASSIBLE OF REDUCTION ITS EXTENSIONS.

THE LEGAL PREROGATIVES THAT CONDUCT THE INDIGENOUS RIGHT TO THE LAND, CONSIST IN A DIFFERENT SPECIAL RIGHT OF THE OWNERSHIP AND THE PROPERTY, THEREFORE THEY ARE MENTIONED TO THE DOCTRINE OF THE *INDIGENATO*, RECOGNIZED AND LEGITIMATE SINCE THE REGAL LICENSE OF APRIL 1ST OF 1680 OF THE PORTUGUESE LEGISLATION. IT IS STANDED OUT HOWEVER, THAT ALTHOUGH CONSTANT PRESSURES ON THE INDIGENOUS COMMUNITIES, EVEN THOUGH GENOCIDES, HAD SIGNIFICANT CHANGE IN THE CONCEPTIONS ON THE INDIGENOUS LAND. AT THE SAME TIME THAT NECESSARY LIMITS OF THE BUSY AREAS HAD BEEN ESTABLISHED, THE WAY OF LIFE OF THESE GROUPS DEMARCATED A AMPLER SPACE, BEYOND THE VERGE ADMINISTRATIVE, CHARACTERIZING A TERRITORY THAT IF EXTEND AND INCLUDE CONTIGUOUS AND NOT CONTIGUOUS AREAS TO THE VILLAGES USED IN THE MATERIAL AND CULTURAL REPRODUCTION OF THE COMMUNITY.

THE XAVANTE KNOWLEDGE OF THE VEGETAL AND ANIMAL SPECIES OF THE OPEN PASTURE, AS WELL AS ITS USE, REPRESENTS CONCRETE TEST ON THE DOMAIN OF THE BIODIVERSITY OF THE ENVIRONMENT THAT OCCUPIES, AS WELL AS OFFERS TO POSSIBLE ALTERNATIVES OF USE AND SUSTAINABILITY IN THE OPEN PASTURE OF THE STATE OF MATO GROSSO.

KEY WORDS: CULTURAL PATRIMONY AND TERRITORY; BIODIVERSITY AND SUSTENABILITY; INDIGENOUS KNOWLEDGE.

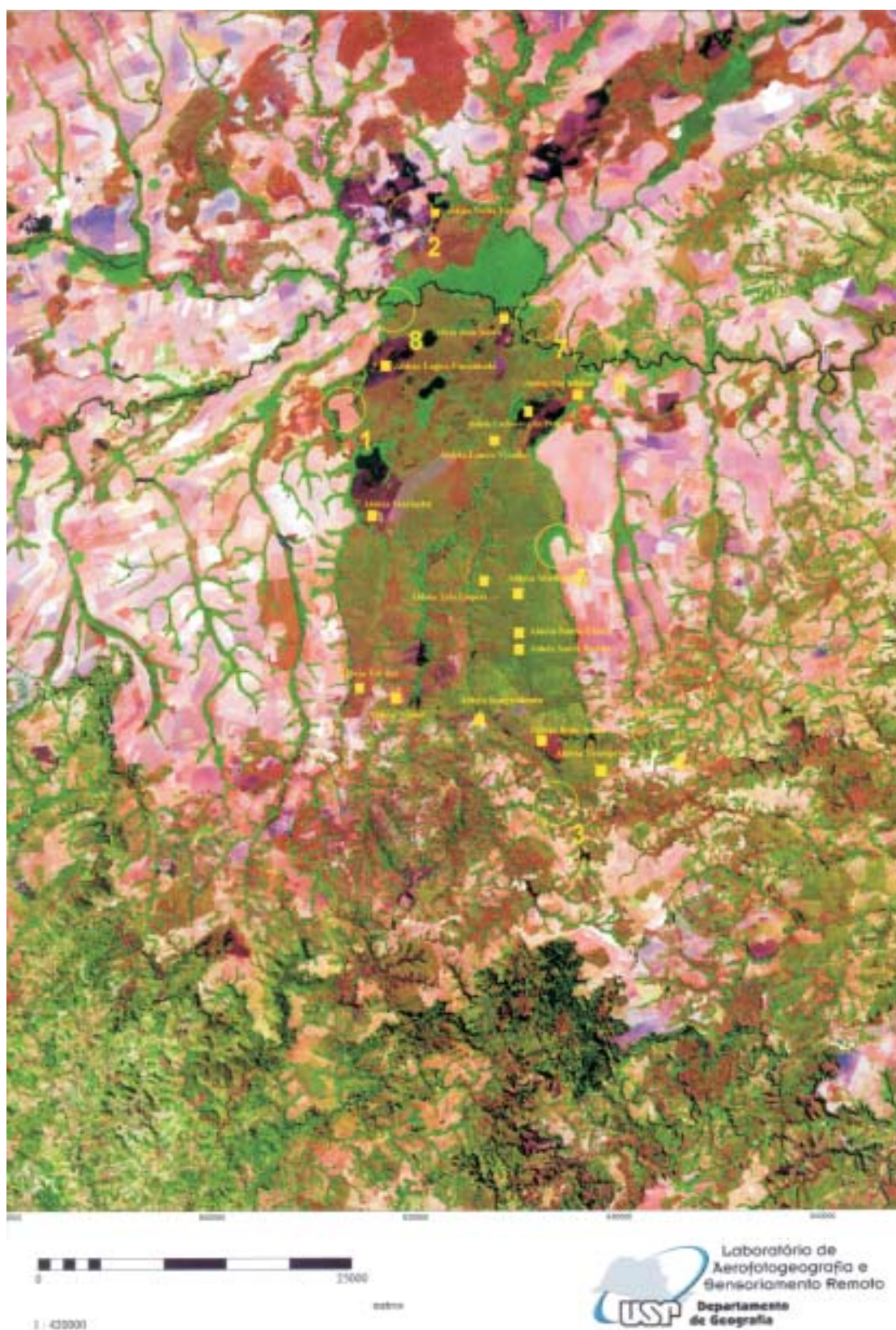
DESENHO 1 - TERRA INDÍGENA SANGRA DOURO E VOLTA GRANDE/MT

ASSOCIAÇÃO XAVANTE WARÃ

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/DEPTO.DE GEOGRAFIA/FFLCH/USP – 2002.

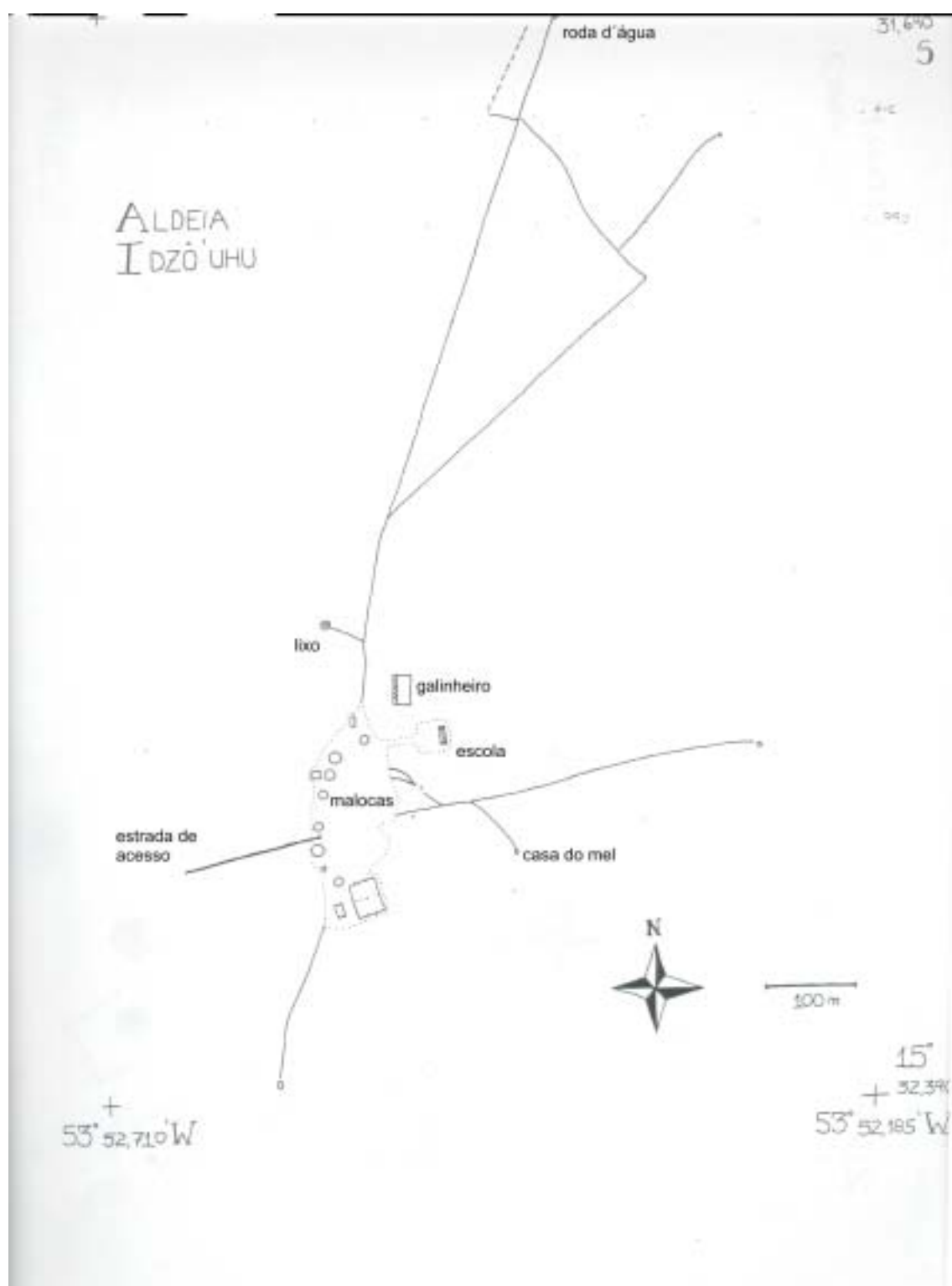


IMAGEM 01 – TM LANDSAT 5 - A T.I. SANGRADOURO/VOLTA GRANDE
ENTORNO E LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS E ÁREAS DE TENSÃO – (2.000).



CROQUI 1 – ALDEIA IDZÔ'UHU (ABELINHA)

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/FFLCH/USP-2002



FOTOS 1 e 2 – LAGOA ENCANTADA – UNIDADE DE RECURSOS DOS A'UWÊ XAVANTE/TI SANGRADOURO E VOLTA GRANDE/LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA-DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/FFLCH/USP-2002

